

O DEBATE

Economia e Política: uma visão prospectiva de 2006

José Matias Pereira*

No debate sobre a conexão que existe entre economia e política, além da necessidade de buscar uma definição dos fatores econômicos e políticos postos em relação uns com outros, também é preciso fazer uma rápida exposição do contexto social em que operam estes fatores. Ressalte-se que, a economia política é uma ciência social que realiza uma análise científico-social do capitalismo, visto que política e a economia estão interrelacionadas e interagem de forma permanente. Economia política constitui a origem das ciências econômicas. É partir dessa base teórica que nos propomos a fazer, neste artigo, uma análise prospectiva de 2006.

A estratégia do governo Lula de manter e aprofundar as políticas de cunho neoliberal que já vinham sendo implementadas no Governo Fernando Henrique, produziram efeitos significativos nos campos sócio-econômicos e político do país. Estas políticas, que se baseia no pressuposto que é possível alcançar uma inflação estável com crescimento auto-sustentável não se mostraram adequadas para resolver os graves problemas da sociedade brasileira. Verifica-se, apoiado nos baixos crescimentos dos PIB nos últimos três anos (0,55% em 2003, 4,94% em 2004 e 2,5% em 2005 do PIB), que a política econômica do governo Lula foi orientada apenas para garantir o controle da inflação, o que impediu que se promovesse a retomada do crescimento em níveis adequados, concomitantemente com a política de estabilização.

É necessário registrar que, das políticas adotadas pelo governo federal, as que produziram os maiores impactos negativos sobre a economia brasileira são as políticas fiscal, cambial e monetária. O país convive, de um lado com uma excessiva carga tributária — 36,5% do PIB —, e do outro com uma moeda (o Real) muito valorizada, que desestimula a exportação e estimula a importação. Por sua vez, a orientação de manter elevados superávits primários, com elevação da carga tributária e de cortes nos investimentos nos orçamentos dos últimos anos, vem provocando efeitos perversos em diversos setores da economia, com destaque na infra-estrutura do País. Em setembro de 2005, por exemplo, o governo já havia atingido um superávit primário de R\$ 86,5 bilhões, ou seja, ultrapassou a meta do ano, que está fixada em R\$ 82,75 bilhões. Por sua vez, já havia gasto com juros até o mesmo mês de setembro

um total de R\$ 120,15 bilhões. Apesar do sacrifício feito, o déficit nominal se situava em R\$ 33,65 bilhões. Por sua vez, dados da Câmara Brasileira de Construção Civil indicam que o governo havia liberado, até meados de dezembro de 2005, apenas R\$ 783 milhões dos R\$ 6,9 bilhões alocados no Orçamento para o setor de saneamento no período de 2003 a 2005.

Temos alertado que a aplicação de uma política orçamentária prolongadamente restritiva é preocupante. Essa política tem um duplo impacto, pois apesar do seu efeito sobre o déficit financeiro ser imediato, simultaneamente supõe um gradual piora dos serviços públicos, como saúde, educação, saneamento e transportes. Pode-se aplicar este entendimento para explicar as razões que provocaram a crise no sistema de geração e transmissão de energia elétrica no governo FHC e a situação precária nos sistemas rodoviário e portuário do Brasil, na atualidade.

“Queda no desempenho de Lula indica que ele teve o seu patrimônio eleitoral reduzido em 20 milhões de votos”

A prática de taxas de juros reais elevadas (próxima de 12% ao ano) está refletindo fortemente no estoque da dívida líquida total do país, que passou de R\$ 731,4 bilhões em 2003 para R\$ 937,3 bilhões em outubro de 2005. Em 2003 o governo pagou R\$ 148,8 bilhões em juros; esse valor situou-se em R\$ 134,4 bilhões em 2004; e alcançou R\$ 149,4 bilhões em 2005. Registre-se que, o endividamento do governo em títulos havia crescido somente até outubro de 2005 em R\$ 127,0 bilhões. Desse total R\$ 114,0 bilhões eram decorrentes do impacto da alta taxa de juros. Estudos recentes sobre os efeitos dessas taxas elevadas de juros na economia indicam que, a prática de taxas equivalentes à média dos demais países emergentes, permitiria que o Brasil poupasse cerca de R\$ 85 bilhões em 2005.

As análises das pesquisas de opinião pública no período de 2002 a 2005, por seu turno, mostram que o efeito da implementação de uma política econômica inadequada para os interesses do país, somadas às denúncias

de corrupção existente no governo e no próprio partido dos trabalhadores, está provocando perdas crescentes de credibilidade do governo Lula, afetando a sua base de apoio político. O resultado do 2º turno das eleições de 2002 mostra que Lula obteve 61,3% dos votos válidos, o que representou um total de 52 milhões de votos, contra 38,7% do candidato José Serra. Os resultados das pesquisas realizadas pelo Ibope e a Datafolha, em meados de dezembro de 2005, sinalizam que José Serra venceria a eleição no 2º turno de 2006 com 50% dos votos válidos e Lula obteria 35% dos votos. Essa queda no desempenho de Lula, traduzida em números, indica que ele teve o seu patrimônio eleitoral reduzido em 20 milhões de votos nesse período. Esses dados servem para estimular nos meios políticos a perda de consenso, e acirrar as disputas políticas para a eleição do próximo presidente da república no final de 2006.

Baseado nesses dados pode-se concluir que, mesmo num cenário sem maiores turbulências, o governo Lula deverá concluir o seu mandato com um significativo desgaste político, considerando as perdas que vem acumulando nos últimos três anos nos campos político e econômico. Num cenário mais pessimista, porém, no qual se confirme um baixo rendimento da economia em 2006 — aumento de apenas 3,5% a 4% do PIB —, e a explicitação dos desvios e da corrupção instalada na administração federal, irão aumentar a crise de credibilidade do governo, e acelerar a queda do consenso para um nível muito baixo. Isso poderá provocar um desequilíbrio entre as demandas realizadas ao governo e a sua capacidade de administrá-las e atendê-las. O excesso de demandas frente à capacidade de reposta do governo federal se manifestaria por um desequilíbrio que, em seu ponto crítico, poderia conduzir o País a uma crise de governabilidade na fase final do governo Lula. Caso esse quadro venha a se configurar, torna-se relevante que a sociedade, em especial os partidos políticos, setor empresarial, área acadêmica, imprensa, entre outros, busquem preservar as instituições e a própria democracia no País.

* José Matias Pereira é professor de Finanças Públicas da Universidade de Brasília